



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

Nome do Candidato:

N. do documento:

Assinatura do candidato:

CADERNO DE PROVA

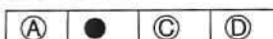
INSTRUÇÕES

Verifique se este caderno:

- Contém 50 questões, numeradas de 01 a 50.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta correta.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de provas qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo:



ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação desta questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a FOLHA DE RESPOSTAS.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Apenas será permitida a saída com o caderno de questões após 2 horas do início da prova.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos reservados.



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - É fundamento da República Federativa do Brasil, disposto de forma expressa na Constituição Federal:

- a) o pluralismo político.
- b) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- c) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

02 - Em relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos assegurados na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) as entidades sindicais e associativas, mesmo que não expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus associados em qualquer instância judicial ou administrativa.
- b) é assegurado a todos o acesso à informação, vedado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional.
- c) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- d) a pequena propriedade rural, mesmo a trabalhada pela família, poderá ser objeto de penhora para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, garantido porém, ao proprietário, prazo em dobro para saldar o débito, sob pena de sua perda.

03 - Assinale a opção correta:

- a) conceder-se-á habeas data sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- d) conceder-se-á mandado de injunção quando, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

04 - Acerca do Mandado de Segurança (Lei 12.016/09), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- b) a petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições
- c) a inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração.
- d) da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe agravo.

05 - À luz do art. 109, CF/88, NÃO compete aos juízes federais processar e julgar:

- a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais.
- c) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- d) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.

06 - Em tema de Poder Judiciário considere:

- I. o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.
- II. os juízes gozam de estabilidade, adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de sentença judicial transitada em julgado.
- III. aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.
- IV. um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de advogados, com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista tríplice pela respectiva representação classista.



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

É correto o que consta APENAS Em:

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, III.
- d) III e IV.

07 - Assinale a alternativa correta a respeito do Supremo Tribunal Federal:

- a) compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- b) compõe-se de quinze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- d) compõe-se de, no mínimo, sete Ministros, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

08 - A Constituição Federal estabelece que a prática de racismo é crime:

- a) inafiançável e punível com reclusão, não dispondo sobre prescrição.
- b) imprescritível, inafiançável e punível com reclusão.
- c) imprescritível e inafiançável, não dispondo sobre pena.
- d) imprescritível, sujeito a pena educativa de prestação de serviços à comunidade.

09 - No que diz respeito à Emenda à Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- b) não pode ser objeto de nova proposta na vigência da Constituição.
- c) pode ser objeto de nova proposta desde que encaminhada pelo Presidente da República.
- d) pode ser objeto de nova proposta na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

10 - Com relação à repartição constitucional de competências, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a União tem competência exclusiva para registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em território nacional.
- b) no âmbito da legislação concorrente, se não houver lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, adequando-a às suas particularidades.
- c) compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre custas dos serviços forenses.
- d) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da saúde das pessoas portadoras de deficiência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - A administração indireta compreende, além de outras entidades, as empresas públicas e sociedades de economia mista, as quais têm personalidade jurídica de direito:

- a) público e privado, respectivamente, criadas por lei de iniciativa do Poder Executivo.
- b) privado, instituídas mediante autorização de lei específica.
- c) público e independem de lei complementar para suas instituições.
- d) privado e público, respectivamente, sendo instituídas mediante lei específica.

12 - A limitação imposta pela Administração Pública, ao exercício de direitos e atividades individuais em função do interesse público, relaciona-se com o poder:

- a) de polícia.
- b) regulamentar.
- c) normativo.
- d) hierárquico.

13 - Quando a Administração Pública, nos limites da lei, atua com certa liberdade de escolha especialmente quanto à conveniência e oportunidade, exterioriza a sua vontade por meio do ato:

- a) vinculado.
- b) discricionário.
- c) arbitrário.
- d) de império.

14 - Dentre os atributos do ato administrativo, é correto indicar:

- a) disponibilidade, exigibilidade, impessoalidade e autoexecutoriedade.



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

- b) indisponibilidade, capacidade do agente, imperatividade e discricionariedade.
- c) presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade e auto-executoriedade.
- d) objetividade, discricionariedade, presunção de legitimidade e inexigibilidade.

15 - No que se refere aos efeitos decorrentes dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) a anulação somente produz efeitos prospectivos, para a frente (ex nunc).
- b) a revogação do ato faz retroagir seus efeitos (ex tunc) ao momento da prática do ato.
- c) a anulação do ato desfaz, de forma absoluta, os efeitos, mesmo quanto aos terceiros de boa-fé.
- d) todos os efeitos produzidos pela anulação do ato, de regra, devem ser desfeitos.

16 - A Lei n.º 8.429/92 estabelece as penas para quem comete atos de Improbidade Administrativa. Nesse sentido, considerando-se o disposto, expressamente, no referido diploma legal, assinale a alternativa correta:

- a) Quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa, responsável pelo inquérito, decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- b) As cominações previstas na Lei são personalíssimas, não podendo atingir os sucessores daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente.
- c) As penas previstas na Lei de Improbidade não são aplicáveis a quem não é agente público, mesmo que tenha concorrido para a prática do ato de improbidade.
- d) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens do seu patrimônio, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

17 - É certo que, no processo judicial por atos de improbidade administrativa, o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual, poderá ser determinado apenas por parte:

- a) da autoridade judicial ou administrativa competente.
- b) da autoridade judicial competente.
- c) do Ministério Público, quando autor da ação. (D) da autoridade administrativa competente.

- d) do Poder Judiciário ou do Ministério Público.

18 - Nos processos administrativos da Administração Pública Federal, o direito da Administração de anular os atos administrativos, de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários, decai em:

- a) 5 (cinco) anos, contados, em regra, da data em que forem praticados.
- b) 3 (três) anos, contados em regra, da data em que forem praticados.
- c) 4 (quatro) anos, sempre contados da data em que forem praticados.
- d) 1 (um) ano, após o conhecimento pela Administração Federal da prática do ato.

19 - No que diz respeito à competência no processo administrativo da Administração Pública Federal, NÃO:

- a) é permitido, em qualquer hipótese, a avocação de competência.
- b) pode ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo.
- c) pode ser objeto de delegação a prática de atos administrativos negociais.
- d) é necessária a publicação, no meio oficial, dos atos de delegação e sua revogação.

20 - Determinado cidadão sofreu prejuízos em razão da conduta de agente público federal atuando nessa qualidade. Considerando que a responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva, podemos afirmar que:

- a) a União é obrigada a reparar o dano, podendo exercer o direito de regresso em face do servidor somente no caso de comprovada a conduta dolosa do mesmo.
- b) a União é obrigada a reparar o dano, respondendo o agente perante esta, em ação regressiva, caso comprovado ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo.
- c) a União é obrigada a reparar o dano, desde que comprovada a conduta dolosa ou culposa do agente.
- d) o servidor é obrigado a ressarcir a Fazenda Pública, em ação regressiva, sempre que a União for condenada a reparar o dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Para responder às questões de números 21 a 30 considere as disposições contidas no Código de Processo Civil - Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1.973.



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

21 – Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das:

- a) 6 (seis) às 18 (dezoito) horas;
- b) 8 (oito) às 18 (dezoito) horas;
- c) 6 (seis) às 20 (vinte) horas;
- d) 8 (oito) às 20 (vinte) horas;

22 – Quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público computar-se-á o prazo:

- a) em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer;
- b) em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer;
- c) em dobro para contestar e para recorrer;
- d) em quádruplo para contestar e para recorrer;

23 – Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de:

- a) decorridas 24 (vinte e quatro) horas;
- b) decorridas 48 (quarenta e oito) horas;
- c) decorridos 03 (três) dias;
- d) decorridos 05 (cinco) dias;

24 – Começa a correr o prazo:

- a) quando a citação ou intimação for pelo correio, da data da efetiva entrega da correspondência ao destinatário;
- b) quando a citação ou intimação for por oficial de justiça, da data do efetivo cumprimento do mandado;
- c) quando a citação for por edital, do dia seguinte à sua publicação na imprensa oficial;
- d) quando o ato se realizar em cumprimento de carta de ordem, precatória ou rogatória, da data de sua juntada aos autos devidamente cumprida;

25 – Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos ou irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de:

- a) 48 horas
- b) 05 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias

26 – Acerca dos embargos do devedor, assinale a alternativa INCORRETA;

- a) os embargos à execução serão distribuídos e autuados nos próprios autos;

b) o executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos;

c) os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias;

d) a concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.

27 – Assinale a alternativa INCORRETA:

a) o recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença;

b) o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público;

c) o recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso;

d) das decisões interlocutórias caberá embargos de declaração, no prazo de 15 (quinze) dias;

28 – De acordo com o código de processo civil NÃO são absolutamente impenhoráveis:

a) os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

b) até o limite de 60 (sessenta) salários mínimos, a quantia depositada em caderneta de poupança;

c) os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão;

d) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família;

29 – O juiz proferirá:

a) as decisões, no prazo de 5 (cinco) dias;

b) as decisões, no prazo de 10 (dez) dias;

c) as decisões, no prazo de 15 (quinze) dias;

d) os despachos de expediente, no prazo de 5 (cinco) dias;

30 – Assinale a alternativa correta:

a) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário;

b) não havendo preceito legal nem assinalação pelo juiz, será de 15 (quinze) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte;

c) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento;

d) podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios;



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - Acerca do inquérito policial, marque a alternativa correta:

- a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado somente a requerimento do Ministério Público.
- b) O inquérito deverá terminar no prazo de 20 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- c) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser, obrigatoriamente, realizada pela autoridade policial.
- d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

32 - Marque a alternativa correta no que tange à ação penal:

- a) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia da autoridade policial, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- b) A representação será irretroatável, depois de recebida a denúncia.
- c) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- d) Caso o Ministério Público requeira o arquivamento do inquérito policial o juiz, mesmo que entenda de modo contrário, deverá, obrigatoriamente, atendê-lo.

33 - Analise os itens abaixo e responda:

I – A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

II – A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

III – As coisas apreendidas deverão ser imediatamente restituídas ao proprietário antes de transitar em julgado a sentença final.

IV – Somente as autoridades policiais e seus agentes poderão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.

Está correto o que consta somente em:

- a) I;
- b) I e II;
- c) III e IV;
- d) II e IV;

34 - No que diz respeito à liberdade provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 01 (um) ano.
- b) Poderá ser concedida a fiança no caso de cometimento de qualquer crime, salvo somente o de racismo.
- c) O quebramento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.
- d) Nos casos em que a autoridade policial não possa arbitrar a fiança, esta deverá ser requerida ao juiz que decidirá no prazo de 30 (trinta) dias.

35 - Sobre as citações, nos termos estabelecidos pelo Código de Processo Penal, é incorreto afirmar:

- a) Se o réu estiver preso, será citado na pessoa de seu advogado constituído.
- b) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- c) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- d) Se o réu não for encontrado, será citado por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias.

36 - Acerca da instrução criminal prevista no Código de Processo Penal marque a alternativa incorreta:

- a) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.
- b) Nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- c) Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado, citado, não constituir defensor, o juiz



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

nomeará defensor para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias.

d) Mesmo não havendo justa causa para o exercício da ação penal o juiz não poderá rejeitar a denúncia ou queixa.

37 - Analise os itens abaixo e responda com base no Código de Processo Penal:

I – Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa.

II – O prazo para interposição voluntária do recurso em sentido estrito é de 10 (dez) dias.

III – O prazo para apelar das sentenças definitivas é de 10 (dez) dias.

IV – A apelação da sentença absolutória não impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade.

Está correto o que consta somente em:

- a) IV.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I e III.

DIREITO PENAL

38 - Com base no Código Penal, assinale a alternativa incorreta:

a) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

b) O trabalho externo é inadmissível no regime fechado.

c) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.

d) Prestação pecuniária e prestação de serviço à comunidade são penas restritivas de direito.

39 - Analise as assertivas abaixo:

I – A punibilidade pode ser extinta pela anistia, graça ou indulto;

II – São reduzidos em 1/3 (um terço) os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos.

III – O recebimento da denúncia não interrompe a prescrição.

IV – As penas mais leves prescrevem com as mais graves.

De acordo com o Código Penal, são incorretas as assertivas:

- a) II e III.

b) III e IV.

c) I e II.

d) I e III.

40 - Em relação ao crimes contra a administração pública, considere:

I - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

II – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

III - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

IV – Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

V - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.

VI - Importar ou exportar mercadoria proibida.

As assertivas acima correspondem, respectivamente, aos crimes de:

a) corrupção ativa – peculato – prevaricação – corrupção passiva – concussão – descaminho.

b) corrupção ativa – peculato – prevaricação – concussão – corrupção ativa – contrabando.

c) corrupção passiva – concussão – prevaricação – corrupção passiva – peculato – descaminho.

d) corrupção passiva – peculato – prevaricação – concussão – corrupção ativa – contrabando.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

41 - Compete aos Juizados Especiais Federais, processar, conciliar e julgar causas da competência da Justiça Federal:

a) Até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, inclusive ações de mandado de segurança;

b) Até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, bem como executar suas sentenças;

c) Que versem sobre anulação ou cancelamento de ato administrativo federal;

d) Sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

42 - O prazo para a prática de qualquer ato processual para as pessoas jurídicas de direito público, nos JEFs, será contado da seguinte forma:



IV PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO DA JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JATAÍ – GO.

- a) Em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer;
- b) Em dobro somente para interposição de recurso;
- c) 30 (trinta) dias, a contar da intimação;
- d) Não haverá prazo diferenciado;

43 - Da sentença proferida nas causas que tramitam nos Juizados:

- a) Caberá o reexame necessário se o valor da condenação for superior a 60 (sessenta) salários mínimos;
- b) Caberá recurso inominado à Turma Recursal;
- c) Ainda que seja sentença homologatória de conciliação, caberá recurso para o próprio Juizado.
- d) Caberá recurso extraordinário ao STJ;

44 - Segundo a Lei 9099/95, a citação far-se-á:

- a) Por correspondência, com aviso de recebimento;
- b) Exclusivamente por oficial de justiça;
- c) Por edital, caso não encontrado o réu;
- d) O comparecimento espontâneo do réu não suprirá a falta ou nulidade da citação

45 - Nos Juizados todos os meios de provas moralmente legítimos são hábeis para provar a veracidade dos fatos. Julgue a alternativa correta:

- a) Diante do princípio da celeridade, é vedado ao juiz determinar a condução coercitiva de testemunha faltante;
- b) A prova oral deverá ser reduzida a escrito;
- c) No curso da audiência o juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas;
- d) As partes poderão arrolar até seis testemunhas que serão intimadas a comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento;

46 - Assinale a alternativa correta:

- a) Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo máximo de dez dias;
- b) É vedado ao juiz deferir medidas cautelares no curso do processo;
- c) O preparo do recurso será feito em 48 horas seguintes à interposição mediante intimação;
- d) As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não;

47 - De acordo com a Lei 6830/80- Execução Fiscal, julgue o item correto:

- a) O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 60 (sessenta), nem inferior a 20 (vinte) dias;

- b) Não prevê expressamente prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão;

- c) O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 30 (trinta), nem inferior a 10 (dez) dias;

- d) Prevê que o prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 45 dias.

48 - Com relação à execução fiscal, assinale a opção correta:

- a) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública não exclui a de outro juízo, inclusive o da falência ou concordata;

- b) Qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente;

- c) A produção de prova pela Fazenda Pública depende de prévio requerimento na petição inicial;

- d) O executado será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução;

49 - De acordo com o que preceitua a Lei de Execução Fiscal, julgue o item correto:

- a) Far-se-á intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora;

- b) É vedada a intimação pelo correio;

- c) O executado oferecerá embargos no prazo de 15(quinze) dias, contados: I- do depósito, II- da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia, III- da intimação da penhora;

- d) A citação, na execução fiscal, deve ser feita, obrigatoriamente, por oficial de justiça;

50 - À luz da Lei 6830/80, julgue a alternativa INCORRETA:

- a) Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, será considerada Dívida Ativa da Fazenda Pública;

- b) Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos;

- c) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez;

- d) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, é vedado ao executado oferecer fiança bancária ou seguro garantia;